

CNI exige remoção de entraves à economia

A remoção dos entraves que seguraram a sociedade brasileira é sem dúvida alguma, o papel principal que a nova Constituição deve desempenhar segundo o senador Albano Franco do PMDB de Sergipe. Ontem, durante pronunciamento no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, Franco alertou os constituintes para a excessiva ingerência do Estado na sociedade e economia e o doentio gosto pelo detalhismo que ainda predomina em nossa sociedade.

Para ele, esses problemas não serão eliminados por milagre, pois têm raízes muito profundas, vieram com nossa formação cultural e o grande desafio "é aumentar a responsabilidade de cada um para, a partir disso, se assegurar o bem-estar geral".

"Nos países mais avançados — prosseguiu Albano Franco — isso só ocorreu por meio de intensa negociação e através do contrato social estabelecido entre os cidadãos, livres da interferência do Estado. Este é o momento que vivemos".

O senador sergipano lembrou que nos países que avançaram, a preservação das liberdades ocorreu não só na esfera política mas principalmente na prática econômica. Na verdade, a liberdade política só surgiu quando se consolidou a liberdade econômica. A lei, em particular a Constituição, simplesmente estabeleceu as garantias para que cada cidadão pudesse utilizar todo o seu potencial de inteligência e criatividade.

No seu entender, o apoio a livre iniciativa é fundamental para o desenvolvimento do País e é tanto que os próprios países socialis-



Albano Franco

tas que tinham tanto ceticismo em relação à livre iniciativa estão, a um só tempo, todos eles entregues ao mais frenético programa de privatização da economia.

Segundo Albano Franco "nossa economia que depende mais de 50 por cento do Estado, não conseguiu em 10 anos privatizar sequer 1 por cento do capital das empresas estatais".

"Por isso, disse o senador, sou contra todas as formas de intervencionismo e o confisco e a favor das decisões responsáveis. Sou contra o monopólio do exercício profissional e a favor da competição no mercado profissional. Sou contra a intromissão de terceiros na vida privada das instituições e a favor da plena autonomia das mesmas. Sou contra a limitação arbitrária da propriedade e a favor da utilização responsável dos bens de produção. Da mesma maneira sou contra intefirir no comando das empresas, e a favor da liberdade de ação de seus responsáveis".

Albano Franco criticou a forma como o Estado vem controlando os bens dos trabalhadores, pois aceitar

o Governo controlando os salários, por exemplo, é admitir os trabalhadores submetidos ao Estado, e também o atrelamento dos sindicatos.

A Constituição para Franco, não deve se preocupar com detalhismo, isso cabe à lei ordinária, pois afinal, o Congresso Nacional não vai acabar. "A Constituição é apenas o começo de uma longa trajetória. Teremos muito a fazer a partir dela", finalizou.

A idéia de que o Estado é capaz de prover benefícios gratuitos pressupõe, conforme o senador, ser ele capaz de jogar os custos dos benefícios em cima de determinados grupos que, por resignação ou ignorância, se manteriam passivos e cordatos, o que não é verdade.

"Na verdade, toda vez que o setor público cresce, o privado encolhe, já é tempo de nos convenceremos de que não existe almoço grátis. Alguém paga a conta e, geralmente, o último pagador é o mais pobre", disse Franco.

O senador acha que a Constituição tem de meter um freio no Estado pois este pode ser acometido de surtos demagógicos que na irresponsabilidade dos governantes, acabam dilacerando o tecido social, a moral e a própria ética do trabalho.

Albano Franco defendeu ainda que "o trato do capital estrangeiro entre nós deve se nortejar assim, por princípios realistas. "Sou visceralmente contra qualquer tipo de entreguismo. Assim como abomino a xenofobia e o isolacionismo. Por isso, no trato do capital estrangeiro sou a favor de uma regra muito simples: Associação Sempre. Desnacionalização, nunca!".

Industriais temem volta da ciranda

O presidente da Fiesp, Mário Amato, alertou ontem para os riscos de uma queda acentuada dos juros, que pode, na sua opinião, reativar a ciranda de demanda maior que o poder produtivo. Tal ciranda traria, como consequência, problemas de abastecimento e a volta da cobrança de ágio. A declaração foi feita depois da entrega ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de três emendas populares patrocinadas pelo empresariado, a favor da livre iniciativa e da manutenção da atual estrutura do Sesi e Senai.

Mário Amato criticou o reajuste de 9,5 por cento para o reajuste dos eletrodomésticos, observando que na antevéspera do congelamento dos preços, produtos como tinta, aço e plástico, empregados pelo setor, haviam sido reajustados entre 30 e 40 por cento.

O Plano Bresser, segundo o presidente da Fiesp, tem dado resultados positivos, embora esteja funcionando como "um remédio não muito saudável e amargo", com alto índice de desemprego no mês passado.

Dornelles pede economia livre

GIVALDO BARBOSA

O deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) defendeu, ontem, a consolidação da economia de mercado na futura Constituição, afirmando que este é o caminho que pode favorecer a criatividade dos indivíduos e das empresas, ao mesmo tempo em que pregou a inclusão de normas que coibam todas as formas de abuso do poder econômico.

Francisco Dornelles, indicado pela Frente Liberal para falar na sessão de ontem à noite sobre os princípios que, segundo o partido, devem nortejar a ordem econômica da nova Constituição, disse que o crescimento do País, centrado na pessoa humana e objetivando maiores oportunidades de emprego e de acesso à propriedade, também precisam fazer parte do novo ordenamento jurídico do País. O deputado acha ainda que a descentralização do processo decisório, limitando a interferência do Governo na vida do cidadão e das empresas, são princípios fundamentais para o êxito da política econômica brasileira.



Francisco Dornelles

— A redefinição do papel do Estado como agente do desenvolvimento econômico, abrindo-se aos cidadãos e às empresas privadas nacionais ampla participação no processo gradual e seguro de desestatização, são alguns dos pontos que o Partido da Frente Liberal prioriza na ordem econômica, afirmou.

Francisco Dornelles ressaltou, no entanto, que o PFL não reivindica que a futura Constituição seja moldada segundo o seu programa partidário.